



Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

## ATA DE REUNIÃO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

- **Área Responsável pela Reunião:** SAI/GPRE/TRT16
- **Ata de Reunião do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão**

Data	Horário			Local	Coordenador da reunião	
28/04/2026	Início	14h	Término	15h	São Luís - Google Meet ( <a href="http://meet.google.com/zrn-smkk-qqw">http://meet.google.com/zrn-smkk-qqw</a> )	Gisélia Castro Silva

### 2. PARTICIPANTES

#### 2.1. Internos:

Nome	E-mail	Unidade
1 Gisélia Castro Silva	giselia.silva@trt16.jus.br	SAI
2 Claudene do Socorro Campos	claudene.campos@trt16.jus.br	Setor de Gestão Socioambiental
3 Daniel Leite Guimarães	dguimaraes@trt16.jus.br	Setor de Gestão Socioambiental
4 Georgeane Dutra Coelho	georgeane.coelho@trt16.jus.br	Divisão de Folha de Pagamento
5 Marcos Pires Costa	marcospires@trt16.jus.br	Secretaria de Gestão de Pessoas
6 Ércio Murilo Sousa Cutrim	ercio.cutrim@trt16.jus.br	Setor de Saúde
7		

### 3. PAUTA DA REUNIÃO

Item	Descrição
	<b>Relatório de Acessibilidade e Inclusão 2025 e Plano de Ação de Acessibilidade e Inclusão 2026</b>
<b>1</b>	<b>Projeto de cadastro de servidores e magistrados (Resolução CNJ 401/2021) - interseccionalidade e transversalidade, incluindo o disposto no art. 15, V, da referida resolução (consulta prévia em processos de denúncia de violência, assédio ou discriminação em razão de deficiência).</b>
<b>2</b>	<b>Prêmio CNJ de Qualidade 2026 - requisitos de formação de, no mínimo, 12 horas em acessibilidade e inclusão;</b>
<b>3</b>	<b>Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão e Comitê de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade - considerações sobre o Projeto Equidade em Terras de Preto;</b>
<b>4</b>	<b>Tecnologia Assistiva para pessoas com deficiência</b>
...	

#### **4. DISCUSSÃO DA PAUTA**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, terça-feira, às 14h, o Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão promoveu a reunião por meio de videoconferência (Google Meet - link: (<http://meet.google.com/zrn-smkk-qgw>)). A reunião foi aberta pela servidora Gisélia Castro Silva, secretária do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão que deu as boas vindas e agradeceu a participação de todas as pessoas. Em seguida, passou a abordar os itens da pauta. Inicialmente foi feita uma breve exposição dos indicadores de acessibilidade e inclusão constante no Relatório de Acessibilidade e Inclusão - Ano 2025, bem como apresentado o Plano de Ação de Acessibilidade e Inclusão - Ano 2026, ambos já enviados antecipadamente via chat para todos os integrantes do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão.

Em seguida, foi destacado o Prêmio CNJ de Qualidade 2026 que prevê formação do quadro efetivo e de magistrados com carga horária mínima de 12h nas temáticas de acessibilidade e inclusão. O secretário de Gestão de Pessoas Marcos Pires Costa detalhou os índices do Prêmio CNJ de Qualidade 2026 relacionados à acessibilidade e inclusão. Discutiu-se a viabilidade de cumprir esses indicadores por meio de cursos remotos oferecidos pela Escola de Governo Federal e por outros tribunais, desde que aceitos pelo CNJ. Ficou acordado que o Subcomitê atuará em duas frentes: estímulo à realização de cursos remotos (com ampla divulgação por parte de Marcos Pires) e articulação junto à Escola Judicial para a oferta de capacitações no âmbito do tribunal. Ainda, a secretária Gisélia mencionou que averiguaria a possibilidade do juiz Saulo Tarcísio ministrar curso. Ficou decidido que Gisélia e Marcos Pires se reunirão na semana seguinte para examinar os requisitos do edital do prêmio e definir a estratégia final.

Houve ampla discussão acerca da importância de qualificar o cadastro de pessoas com deficiência no âmbito do TRT16. Relatou-se o caso de uma pessoa com visão monocular que estava registrada em outro tribunal e cujo cadastro local precisou ser localizado, demonstrando a fragilidade dos dados atualmente disponíveis. Destacou-se que muitos servidores adquiriram deficiência ao longo da vida funcional e não constam da listagem da Gestão de Pessoas, seja por desconhecimento ou por falta de incentivo à autoidentificação. Foi ressaltado que o cadastro é essencial para fundamentar a aquisição de tecnologias assistivas, planejar condições de trabalho adequadas e assegurar direitos. O Subcomitê reconheceu a necessidade de aperfeiçoar o cadastro, incorporando marcadores sociais como gênero, raça, pertencimento a comunidades tradicionais (quilombolas) e outras variáveis de interseccionalidade, conforme prevê a Resolução CNJ 401/2021. Foi informado o

andamento de requerimento de servidor com deficiência visual solicitando à alta administração recursos de tecnologia assistiva e que o assunto pode ser objeto de troca de informações entre os servidores e servidoras com deficiência via chat. Na parte final da reunião, a servidora Gisélia apresentou o projeto “Equidade em Terras de Preto: uma contribuição da Justiça do Trabalho em Comunidades Quilombolas do Maranhão”, aprovado e com recursos captados pelo tribunal junto ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O projeto prevê audiências públicas, Justiça Itinerante em áreas quilombolas (São Luís/Liberdade e região de Pinheiro) e um seminário sobre equidade racial e de gênero. Destacou-se que a iniciativa preocupa-se com a interseccionalidade, considerando pessoas quilombolas com deficiência e mulheres. A proposta é que o Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão atue em conjunto com o Comitê de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade na execução das ações, a serem detalhadas no segundo semestre de 2026.

#### 4.1 Deliberações

Foi aprovada a estratégia de capacitação em duas frentes (cursos remotos e articulação com a Escola Judicial), com reunião técnica na semana seguinte para análise detalhada dos critérios do Prêmio CNJ de Qualidade 2026. O Secretário Marcos Pires Costa comprometeu-se a divulgar amplamente os cursos remotos de 12 horas para servidores e magistrados.

Foi deliberado o aperfeiçoamento do cadastro de servidores e magistrados com deficiência, incorporando dados de interseccionalidade (gênero, raça, territorialidade, entre outros), conforme a Resolução CNJ 401/2021.

Foi determinada a inclusão do Projeto “Equidade em Terras de Preto” nas ações conjuntas entre o Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão e o Comitê de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, com detalhamento a ser realizado no segundo semestre de 2026.

## 5. ASSINATURA

ENCERRAMENTO às 15h.

A presente ata, que retrata os fatos da reunião realizada em 28/04/2026, está submetida à assinatura eletrônica dos membros do Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão e convidados citados a cima.



Documento assinado eletronicamente por **GISELIA CASTRO SILVA, TÉCNICA JUDICIÁRIA**, em 30/04/2026, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDENE DO SOCORRO CAMPOS, Servidor Requisitado**, em 30/04/2026, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GEORGEANE DUTRA COELHO, TÉCNICA JUDICIÁRIA**, em 30/04/2026, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL LEITE GUIMARÃES, Chefe do Setor Socioambiental**, em 30/04/2026, às 14:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ERCIO MURILO SOUSA CUTRIM, Analista Judiciário**, em 30/04/2026, às 14:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS PIRES COSTA, Técnico Judiciário**, em 04/05/2026, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [Autenticar Documentos](#) informando o código verificador **1284385** e o código CRC **468F80E1**.

---

**Referência:** Processo nº 000001956/2024

SEI nº 1284385